

Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2013

Autoria: Senador Pedro Taques (PDT/MT)

Iniciativa:

Ementa:

Estabelece critérios gerais de controle para a execução de programas de treinamento e qualificação profissional custeados com recursos da União.

Explicação da Ementa:

Estabelece que a execução de programas de treinamento e qualificação profissional custeados com recursos da União obedecerá aos critérios de controle previstos nesta lei. Determina que aplicam-se os dispositivos desta lei a todo e qualquer curso e atividade de treinamento e qualificação profissional no qual sejam aplicados recursos públicos federais, independentemente do órgão executor, e ainda que seja executado de forma descentralizada por outros entes públicos ou privados, excluídos os casos em que especifica. Enumera e especifica os procedimentos de controle e aprovação que deverão ser aplicados às atividades definida no art. 1º. Estabelece que as informações prestadas na forma do art. 2º, exceto os dados pessoais, serão disponibilizadas para acesso público na internet pelo órgão federal repassador dos recursos. Dispõe que Compete ao órgão federal responsável pela aplicação direta ou descentralizada dos recursos destinados a programas de que trata esta lei, além das demais obrigações estabelecidas em caráter geral pela legislação de administração financeira e controle e pela legislação específica de cada programa: realizar verificações periódicas da regularidade da aplicação descentralizada dos recursos por parte de entes públicos ou privados, bem como empreender avaliações da efetividade da realização de todos os programas. Determina que regulamento disporá sobre as condições dos sistemas informatizados de que trata essa lei. Destaca que o disposto nesta lei não exclui qualquer outra obrigação estabelecida por legislação específica para a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos federais.

Assunto: Política Social - Educação

Data de Leitura: 26/03/2013

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Último local: -

Destino: Ao arquivo

Último estado: 21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL
DA LEGISLATURA

Despacho:

26/03/2013 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Cidinho Santos (encerrado em 01/07/2014 -
Redistribuição)

Despacho:

13/04/2018 (Resolução nº 3, de 2017)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(SF-CTFC) Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e
Controle e Defesa do Consumidor

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Ação:** A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.**21/12/2018** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.**16/04/2018** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Matéria aguardando distribuição.**13/04/2018** SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários**Ação:** Tendo em vista a Resolução nº 3, de 2017, que redefiniu as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente (CMA) e da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), a matéria retorna à CCJ, seguindo posteriormente à CTFC, em decisão terminativa.*Publicado no DSF Páginas 41 - DSF nº 45***11/04/2018** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Encaminhado ao Plenário.**10/04/2018** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender a solicitação constante do OF. SF/335/2018, da Presidência do Senado Federal, referente à necessidade de adequação do despacho apostado às proposições que haviam sido despachadas à antiga Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (fls. 10 e 11). À SLSF.**10/03/2015** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Matéria aguardando distribuição.**24/12/2014** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

TRAMITAÇÃO

01/08/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

01/07/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido às 10 horas e 36 minutos pelo Senador Cidinho Santos.

Matéria aguardando distribuição.

05/05/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Cidinho Santos, para emitir relatório.

05/04/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

01/04/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo para apresentação de emendas:
Primeiro dia: 01/04/2013.
Último dia: 05/04/2013.

27/03/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido às 9 horas e 17 minutos.

Matéria sobre a Mesa desta Comissão, aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição.

26/03/2013 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.
Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 12945-12948

26/03/2013 SF-PL-LEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 09 (nove) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 101/2013

Data: 26/03/2013**Autor:** Senador Pedro Taques (PDT/MT)**Local:** null**Descrição/Ementa:** Estabelece critérios gerais de controle para a execução de programas de treinamento e qualificação profissional custeados com recursos da União.

Legislação citada

Data: 26/03/2013**Autor:** -**Local:** null

Avulso inicial da matéria

Data: 26/03/2013**Autor:** -**Local:** SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Ação Legislativa:** Leitura.

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Ofício

Data: 10/04/2018**Autor:** Presidente do Senado Federal**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender a solicitação constante do OF. SF/335/2018, da Presidência do Senado Federal, referente à necessidade de adequação do despacho apostado às proposições que haviam sido despachadas à antiga Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (fls. 10 e 11).
À SLSF.**Descrição/Ementa:** Ofício

Ofício

Data: 10/04/2018**Autor:** Presidente do Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal